



Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

CNPJ: 47.063.128/0001-68

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2025**

KPDS 1049259

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marinho De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marinho De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações de resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024.

Apresentação

A Companhia está localizada em Catanduva, estado de São Paulo, é uma empresa Agroindustrial, têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço.

Seu exercício social é iniciado em 1º de abril e finalizado em 31 de março.

Política de Gestão da Qualidade:

A Usina São Domingos-Açúcar e Etanol S/A é uma empresa ética e socialmente responsável que cumpre com a legislação e os requisitos regulamentares aplicáveis.

Nosso compromisso é garantir a satisfação dos clientes pela qualidade e adequação dos nossos produtos, para isso desenvolvemos ações de melhoria contínua e, resguardamos a segurança e a saúde dos colaboradores. Respeitamos o meio ambiente, incluindo cuidados de prevenção à poluição.

História: Fundada em 06 de agosto de 1952, sob a denominação de SANCHEZ, MOTTA LTDA; em 03 de maio de 1955, alterou sua razão social para SANCHEZ & CIA LTDA.

Em 06 de fevereiro de 1961, transformou-se em sociedade anônima, passando então a denominar-se USINA SÃO DOMINGOS - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A. “USD”

Desde os seus primórdios de 1952 até os dias atuais a companhia vem reescrevendo sua história, efetuando e adaptando as mais diversas ocorrências do setor, e até de turbulências.

A Companhia tem MISSÃO, VISÃO e VALORES, alinhados com o objetivo central de profissionalização.

Missão: Desenvolver processos sustentáveis em bioenergia, com respeito aos colaboradores, aos fornecedores, aos clientes e parceiros agrícolas, complementados com projetos sociais e ambientais legais, privilegiando toda sociedade.

Visão: Ser reconhecida como referência no Setor na Maximização e Otimização nos seus Ativos nos Requisitos Operacionais e Tecnológicos.

Valores:

Ética: Abrangendo a legalidade e a sustentabilidade neste valor, a USD e seus colaboradores executa, e sempre executará as suas atividades nos requisitos éticos;

Excelência Empresarial: Comprometer-se plenamente com os resultados, cumprindo o que se propõe fazer, com eficácia e eficiência, sempre a partir de soluções coletivas, com ética e respeito;

Pioneirismo: O que fazemos é simples, e rotineiro em sua maioria, mas temos a obrigação de sermos os primeiros na busca de melhorias, explorando novas alternativas e maneiras de pensar e não tendo medo de pedir ajuda;

Liderança: Todo indivíduo tem a sua habilidade, tendo sua liderança na execução do seu trabalho, em qualquer lugar, em qualquer cargo ou qualquer hierarquia. Só habilidades e nosso sucesso depende única e exclusivamente da nossa liderança;

Valorização das Pessoas: Respeitar e incentivar as diferenças, partindo da premissa de que apenas por meio da diversidade, complementando, ampliando os conhecimentos e desenvolvendo pessoas em sua civilidade.

Aspectos econômicos e financeiros



A Receita Operacional Líquida consolidada da safra 2024/2025 totalizou **R\$ 840,6 milhões**, representando um crescimento de 7,0% em relação à safra anterior, que havia registrado R\$ 785,5 milhões.



A moagem atingiu 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, frente aos 2,8 milhões de toneladas processadas na safra anterior, sofrendo os impactos dos relevantes efeitos climáticos da safra em destaque.



O índice de liquidez corrente atingiu 2,3 no exercício, refletindo uma melhora de 37,2% em comparação aos 1,7 registrados no ano anterior. Esse resultado, fruto do aprimoramento da nossa política de liquidez, buscando redução dos riscos de curto prazo.



A relação Dívida Líquida/EBITDA foi de 1,2 no exercício, uma redução de 6% frente aos 1,3 do período anterior, indicando maior capacidade de geração de caixa para cobrir dívidas e menor risco de alavancagem.

Sumário Executivo

Sumário executivo - Consolidado	Mar/25
Receita Líquida	840.605
CPV (sem ativo biológico)	(577.488)
Lucro Bruto	261.883
Lucro Operacional	219.011
EBITDA	354.891
Lucro Líquido	33.255
Dívida Líquida	423.114
Patrimônio Líquido	293.656
Margens	
Margem Bruta	31,3%
Margem Operacional	26,1%
Margem EBITDA	42,2%
Margem Líquida	4,0%

Lucro Líquido Ajustado

No exercício encerrado em 31 de março de 2025, a Companhia optou por quitar antecipadamente alguns empréstimos em moeda estrangeira, como parte de sua estratégia financeira e de gestão de riscos. Essa decisão teve como objetivo ajustar a estrutura de capital e reduzir a exposição a variações cambiais futuras.

Como resultado, foi registrada uma despesa líquida de R\$ 46.805 na linha de variação cambial, o que impactou significativamente o lucro líquido do exercício.

Para fins de análise, a Companhia apresenta o "Lucro Líquido Ajustado", excluindo esse efeito cambial:

	Mar/25
Resultado do exercício	33.255
(+) Variações cambiais decorrentes de liquidações antecipadas	46.805
Resultado do exercício Ajustado	80.060
Margem Líquida	9,5%

Estratégias e Perspectivas:

Econômicos e Financeiras:

Nos últimos anos, a gestão financeira da nossa empresa passou por uma significativa evolução, refletida especialmente na gestão do nosso endividamento.

Uma das principais estratégias foi a diversificação das fontes de financiamento. Ao buscar alternativas, reduzimos nossa exposição à volatilidade cambial e garantimos uma base mais estável para nosso endividamento. Isso nos permitiu captar recursos em moeda local, aproveitando as condições favoráveis do mercado interno.

Além disso, implementamos políticas de gestão de riscos mais robustas, monitorando de perto as oscilações cambiais e ajustando nossa estratégia de captação de acordo com as condições do mercado. Essa abordagem proativa nos permitiu aproveitar oportunidades de refinanciamento em momentos estratégicos, reduzindo custos e otimizando nossa estrutura de capital.

Como resultado dessas iniciativas, conseguimos não apenas estabilizar nosso endividamento em dólar, mas também reduzir gradualmente nossa exposição. Paralelamente, a gestão responsável das finanças da empresa nos permitiu evoluir no patamar de liquidez, mesmo com impacto de aproximadamente 100 milhões de reais, em investimentos na modernização do parque industrial, nos últimos dois anos.

Em resumo, a evolução do nosso endividamento nos últimos anos reflete o compromisso da empresa com a gestão financeira prudente e estratégica. Por meio de uma abordagem proativa, diversificada e orientada para mitigar riscos, conseguimos fortalecer nossa posição no mercado e criar uma base sólida para o crescimento futuro.

MENSAGEM FINAL DA DIREÇÃO

Na Companhia, nossa equipe talentosa está focada em superar desafios e alcançar novos recordes de produtividade e rentabilidade. Com uma visão de futuro clara e um compromisso inabalável com a segurança, estamos certos de maximizar nossos ativos e gerar resultados superiores. Nossa abordagem estratégica disciplinada, combinada com a dedicação de nossa equipe, nos permite criar valor de forma consistente para nossos investidores e stakeholders. Junte-se a nós em nossa jornada rumo a um futuro promissor."

Permanecemos à inteira disposição dos senhores acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Catanduva, 11 de junho de 2025.

A diretoria

Antonio Luiz Giro
CRC 1SP176605/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.**
Catanduva – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Mensuração do ativo biológico

Veja as Notas explicativas nº 7.I e 11 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas. Essa mensuração requer julgamento crítico na determinação das diversas premissas adotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a área total estimada de colheita, produtividade estimada desses canaviais (toneladas de cana-de-açúcar por hectares), a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento na determinação das premissas utilizadas na mensuração do valor justo e ao impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, incluindo produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto e comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; – Recálculo matemático do valor presente determinado com base nos fluxos de caixa projetados e descontados; e – Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em relação às premissas utilizadas na mensuração do ativo biológico. Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que, a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

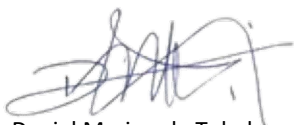
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 12 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	114.309	100.283	116.358	102.141
Contas a receber de clientes	9	655	6.739	1.402	7.341
Estoques	10	108.553	88.720	109.629	89.808
Ativo biológico	11	109.935	114.823	109.935	114.823
Adiantamento a fornecedores	12	5.693	10.883	5.693	10.883
Impostos a recuperar	13	25.798	9.310	25.798	9.310
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	1.099	-	1.099
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	2.203	-	2.203
Outras contas a receber		469	522	1.031	1.083
Total do ativo circulante		365.412	334.582	369.846	338.691
Não circulante					
Impostos a recuperar	13	3.043	5.627	3.043	5.627
Depósitos judiciais	24	743	1.454	743	1.454
Total do realizável a longo prazo		3.786	7.081	3.786	7.081
Investimentos	14	11.701	12.243	-	-
Outros investimentos		93	93	93	93
Propriedade para investimento	15	134.745	133.660	134.745	133.660
Direito de uso	16	397.770	323.630	397.770	323.630
Imobilizado	17	548.045	520.827	550.371	523.240
Total do ativo não circulante		1.096.140	997.534	1.086.765	987.704
Total do ativo		1.461.552	1.332.116	1.456.611	1.326.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Fornecedores	18	36.628	45.021	29.154	33.305
Empréstimos e financiamentos	19	74.173	108.181	76.463	111.680
Arrendamentos a pagar	16	97.226	83.378	97.226	83.378
Instrumentos financeiros derivativos	26	7.626	-	7.626	-
Impostos e contribuições a recolher		1.708	2.654	1.823	2.753
Salários, férias e encargos sociais a pagar	20	14.304	12.620	14.388	12.698
Impostos parcelados	21	1.666	6.218	1.666	6.218
Adiantamentos de clientes	22	17.806	29.618	17.806	29.618
Outras contas a pagar		9.359	2.639	9.371	2.655
Total do passivo circulante		260.496	290.329	255.523	282.305
Não circulante					
Fornecedores	18	4.487	4.774	4.487	4.774
Adiantamentos de clientes	22	36.000	48.000	36.000	48.000
Empréstimos e financiamentos	19	463.009	387.634	463.009	389.903
Arrendamentos a pagar	16	293.153	231.572	293.153	231.572
Impostos parcelados	21	566	2.050	566	2.050
Tributos diferidos	23	110.216	105.424	110.217	105.425
Total do passivo não circulante		907.431	779.454	907.432	781.724
Total do passivo		1.167.927	1.069.783	1.162.955	1.064.029
Patrimônio líquido					
Capital social	25	131.700	131.700	131.700	131.700
Reserva de capital		11.101	11.101	11.101	11.101
Reserva legal		6.136	4.360	6.136	4.360
Ajuste de avaliação patrimonial		100.640	85.829	100.640	85.829
Reserva de lucros		44.048	29.343	44.048	29.343
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		293.625	262.333	293.625	262.333
Participação de não controladores		-	-	31	33
Total do patrimônio líquido		293.625	262.333	293.656	262.366
Total do passivo e patrimônio líquido		1.461.552	1.332.116	1.456.611	1.326.395

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	27	816.250	762.481	840.605	785.488
Mudança no valor justo de ativo biológico	11	(1.234)	(1.931)	(1.234)	(1.931)
Custos dos produtos e serviços prestados	28	(557.609)	(521.754)	(577.488)	(539.459)
Lucro bruto		257.407	238.796	261.883	244.098
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	28	(39.220)	(48.525)	(39.220)	(48.525)
Despesas gerais e administrativas	28	(26.937)	(26.295)	(27.167)	(26.527)
Outras despesas e receitas operacionais	28	23.497	17.112	23.515	17.112
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos		214.747	181.088	219.011	186.158
Receitas financeiras	29	82.712	47.836	82.720	48.208
Despesas financeiras	29	(204.283)	(130.713)	(204.937)	(131.719)
Variação cambial líquida	29	(66.528)	(3.124)	(66.528)	(3.124)
Resultado financeiro líquido		(188.099)	(86.001)	(188.745)	(86.635)
Resultado da equivalência patrimonial	14	2.594	3.305	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		29.242	98.392	30.266	99.523
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	-	(7.665)	(1.018)	(8.787)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	4.007	(14.719)	4.007	(14.719)
Resultado do exercício		33.249	76.008	33.255	76.017
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		33.249	76.008	33.249	76.008
Acionistas não controladores		-	-	6	9
Resultado do exercício		33.249	76.008	33.255	76.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício		33.249	76.008	33.255	76.017
Outros resultados abrangentes					
Constituição da reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	26	17.081	4.115	17.081	4.115
Resultado abrangente do exercício		50.330	80.123	50.336	80.132
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				50.330	80.123
Acionistas não controladores				6	9
Resultado abrangente do exercício				50.336	80.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ajuste de avaliação patrimonial														
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Custo atribuído	Hedge accounting	Ajuste de propriedade para Investimentos	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de março de 2023		131.700	-	11.101	2.717	1.502	34.302	(26.229)	74.151	-	(45.161)	184.083	28	184.111
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	(1.502)	-	-	-	-	1.502	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(510)	-	-	-	510	-	-	-
(Constituição) realização de reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	26	-	-	-	-	-	-	4.115	-	-	-	4.115	-	4.115
Distribuição de dividendos conforme (AGO de 25 de julho de 2023)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	76.008	76.008	9	76.017
Destinações do resultado do exercício:														
Reserva legal		-	-	-	1.643	-	-	-	-	-	(1.643)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.873)	(1.873)	-	(1.873)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	29.343	(29.343)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2024		131.700	-	11.101	4.360	-	33.792	(22.114)	74.151	29.343	-	262.333	33	262.366
Aquisição de ações		-	(7.886)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.886)	-	(7.886)
Cancelamento de Ações em tesouraria, conf Art 30, § 1º LEI 6404/76		-	7.886	-	-	-	-	-	-	(7.886)	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(2.270)	-	-	-	2.270	-	-	-
(Constituição) realização de reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	26	-	-	-	-	-	-	17.081	-	-	-	17.081	-	17.081
Distribuição de dividendos conforme (AGO de 18 de junho de 2024)		-	-	-	-	-	-	-	-	(9.127)	-	(9.127)	(8)	(9.135)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.249	33.249	6	33.255
Destinações do resultado do exercício:														
Reserva legal		-	-	-	1.776	-	-	-	-	-	(1.776)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.025)	(2.025)	-	(2.025)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	31.718	(31.718)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025		131.700	-	11.101	6.136	-	31.522	(5.033)	74.151	44.048	-	293.625	31	293.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		33.249	76.008	33.255	76.017
Ajuste para:					
Depreciação - Bens tangíveis	17	22.201	18.780	22.288	18.862
Amortização da lavoura de cana	17	45.122	43.575	45.122	43.575
Amortização do direito de uso de arrendamentos	16	101.736	96.270	101.736	96.270
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	1.234	1.931	1.234	1.931
Instrumentos financeiro derivativos	26	2.203	3.312	2.203	3.312
Redução do ativo biológico devido a colheita	11	90.424	77.984	90.424	77.984
Resultado da equivalência patrimonial	14	(2.594)	(3.305)	-	-
Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	29	131.535	57.181	132.131	58.157
Variação cambial sobre o contas a receber	29	(1.480)	120	(1.480)	120
Juros sobre arrendamentos e parcerias a pagar	16	32.961	30.342	32.961	30.342
Resultado da venda de ativo imobilizado	17	10.563	623	10.563	623
Ganho de valor justo de propriedade para investimento	15	(1.085)	169	(1.085)	169
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	23	(4.007)	22.384	(2.989)	23.506
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		7.564	(6.775)	7.419	(6.701)
Estoques		(19.833)	(4.601)	(19.821)	(4.357)
Adiantamentos a fornecedores		5.190	4.336	5.190	4.364
Impostos a recuperar		(12.805)	5.409	(12.805)	5.409
Outras contas a receber		53	(91)	52	(92)
Depósitos judiciais		711	(698)	711	(698)
Fornecedores		(8.680)	7.460	(4.438)	7.544
Impostos e contribuições a recolher		(946)	1.638	(946)	1.538
Impostos parcelados		(6.036)	(8.236)	(6.036)	(8.236)
Salários, férias e encargos sociais a pagar		1.684	1.879	1.690	1.892
Adiantamentos de clientes		(23.812)	48.520	(23.812)	48.520
Outras contas a pagar		6.720	2.435	6.716	2.443
Caixa gerado nas atividades operacionais		411.872	476.650	420.283	482.494
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19	(115.435)	(54.738)	(116.051)	(55.738)
Juros pagos de arrendamentos a pagar	16	(32.961)	(30.342)	(32.961)	(30.342)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		-	(7.665)	(1.002)	(8.690)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		263.476	383.905	270.269	387.724
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos	14	3.136	1.483	-	-
Aquisição de ativos biológicos	11	(86.770)	(90.425)	(86.770)	(90.425)
Aquisição de imobilizado	17	(105.104)	(161.335)	(105.104)	(161.482)
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos		(188.738)	(250.277)	(191.874)	(251.907)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	374.174	283.979	374.174	283.979
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19	(315.401)	(249.630)	(318.859)	(251.409)
Pagamentos de arrendamentos	16	(100.447)	(85.805)	(100.447)	(85.805)
Pagamentos de dividendos		(11.152)	(1.873)	(11.160)	(1.877)
Recuperação de ações		(7.886)	-	(7.886)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(60.712)	(53.329)	(64.178)	(55.112)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		14.026	80.299	14.217	80.705
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	100.283	19.984	102.141	21.436
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	114.309	100.283	116.358	102.141
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		14.026	80.299	14.217	80.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A., domiciliada no Brasil, com sede em Catanduva na Rodovia Vicente Sanchez, KM 7 - SP tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e derivados, bem como a exploração agrícola da cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros.

Aproximadamente 71% (76% em 2023) da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas e de parcerias agrícolas e 29% (24% em 2023) de fornecedores terceiros, adquiridas em condições normais de mercado.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil é chamado de safra e tem início em abril ou maio e termina em novembro ou dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor.

As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem na região Centro-Sul, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das commodities, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra. A Companhia possui como estratégia comercial o carregamento de produtos para comercialização durante a entressafra, dessa forma se beneficia dos melhores preços do período.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação da Companhia e sua controlada Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A., conforme participação destacada abaixo.

Controlada	País	Participação Acionária	
		2025	2024
Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.	Brasil	99,74%	99,72%

A controlada Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A. tem por objeto social preponderante o comércio varejista de combustíveis e lubrificantes.

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 12 de junho de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 16 - prazo do arrendamento: se a Companhia e sua controlada têm razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- Nota explicativa nº 23 - Tributos diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 23 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 11 - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico;
- Nota explicativa nº 16 - Arrendamentos a pagar e Direito de uso - determinação do prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação e; determinação da taxa de desconto dos passivos de arrendamento;
- Nota explicativa nº 6 (g) - Definição da vida útil do ativo imobilizado; e
- Nota explicativa nº 24 - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros; e
- Nota explicativa nº 11 - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia e sua controlada adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade. Anteriormente, a Companhia e sua controlada ignoravam todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a entidade leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia e sua controlada não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia e sua controlada não tinham notas conversíveis em aberto em 31 de março de 2024.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, assim como as de coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

b. Receita

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

Para as vendas de energia elétrica, a Companhia se utiliza de medidores de energia transmitida a clientes, sendo que a cada fechamento mensal há a valorização dessa quantidade e o consequente reconhecimento da receita.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	Vidas úteis
Edifícios e benfeitorias	10 a 30 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	2 a 20 anos
Veículos, máquinas e implementos agrícolas	4 a 10 anos
Móveis e utensílios	4 a 10 anos
Outros	4 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistas a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Propriedade para investimentos

Propriedades para investimentos referem-se aos terrenos urbanos e glebas de terra.

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação e, posteriormente, são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de preço de commodities.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*'forward points'*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

(vi) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em Estatuto são reconhecidos como passivo.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas Remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterou sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A cana-de-açúcar é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. O período de colheita inicia-se no mês de abril de cada ano e termina, em geral, no mês de novembro do mesmo ano.

m. CBIOS

O RenovaBio foi instituído pela Lei nº 13.576/2017 e constitui a Política Nacional de Biocombustíveis. Foi criado, para, entre outros objetivos, contribuir para o atendimento aos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

Os produtores de biocombustíveis devem certificar seus processos de produção. De acordo com os níveis de eficiência em relação às emissões durante seu processo produtivo os produtores geram Créditos de Descarbonização (CBIOS). Cada CBIOS corresponde a 1 ton. de CO₂ cuja emissão foi evitada. Estes títulos são ativos financeiros, e após sua escrituração são comercializados em mercado organizado na B3.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias, estabelecidas pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), por meio da compra e aposentadoria de CBIOS.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 996 Créditos de Descarbonização (CBIOS) emitidos e ainda não comercializados. Durante o exercício, foram comercializados 121.914 mil CBIOS, classificados na receita operacional.

n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2024. A Companhia e sua controlada não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto

de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e sua controlada ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia e sua controlada, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e sua controlada também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(ii) **Outras normas contábeis**

Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).
- Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e Bancos - no Brasil	1.586	2.133	2.103	2.484
Caixa e Bancos - no Exterior (dólar norte-americano)	13.147	49	13.147	49
Aplicações financeiras	99.576	98.101	101.108	99.608
Total	114.309	100.283	116.358	102.141

Caixa e equivalentes de caixa são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por certificados de depósitos bancários (CDB), com remuneração média de 100% de Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (idêntico em 2024).

Na demonstração do fluxo de caixa, o caixa e equivalentes de caixa têm vencimento imediato (limite máximo de 90 dias) e fazem parte integrante da gestão operacional de caixa da Companhia, sendo que estes ativos financeiros apresentam alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 26.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No país	951	7.035	1.698	7.637
(-) Perdas esperadas em créditos com clientes	(296)	(296)	(296)	(296)
Total	655	6.739	1.402	7.341

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	655	6.641	1.402	7.243
Vencidos:				
Até 30 dias	-	98	-	98
Acima de 60 dias	296	296	296	296
	951	7.035	1.698	7.637

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e moeda para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 26 – Instrumentos Financeiros.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	5.431	5.647	5.431	5.647
Produtos para revenda	-	-	1.076	1.088
Manutenção entressafra	90.846	72.627	90.846	72.627
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	12.765	10.993	12.765	10.993
Provisão para estoques obsoletos	(489)	(547)	(489)	(547)
Total	108.553	88.720	109.629	89.808

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

11 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativos Biológicos, atendendo assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos representados por cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

Saldo em 1º de abril de 2023	104.313
Aumento devido a tratamentos culturais	90.425
Diminuição devido ao consumo	(77.984)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(1.931)
Saldo em 31 de março de 2024	114.823
Saldos em 1º de abril de 2024	114.823
Aumento devido a tratamentos culturais	86.770
Diminuição devido ao consumo	(90.425)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(1.234)
Saldo em 31 de março de 2025	109.935

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. O valor justo dos ativos biológicos é classificado no nível 3 da hierarquia do valor justo e as seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	2025	2024
Área estimada de colheita (hectares)	24.323	22.813
Produtividade prevista (tons de cana/hectares) (ii)	85,59	92,36
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) (i)	139,02	138,60
Valor do Kg de ATR (R\$)	1,2478	1,1646

(i) As condições climáticas favoráveis influenciaram na produtividade média, no entanto essa condição apresentou uma relação inversamente proporcional entre o volume de água e a concentração de açúcares na planta, o índice de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR).

(ii) Produtividade maior decorrente da condição climática favorável na região.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

- **Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

- **Risco de oferta e demanda**

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de uma Companhia que produz *commodities*, existe uma busca constante para redução de custos.

- **Riscos climáticos e outros**

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

- **Análise de sensibilidade**

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos dos seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 11.857. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 10.140.

12 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Antecipações a terceiros	4.079	8.465	4.079	8.465
Adiantamento a fornecedores diversos	1.614	2.418	1.614	2.418
	5.693	10.883	5.693	10.883

13 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
COFINS	12.465	35	12.465	35
ICMS sobre ativo fixo	4.784	5.027	4.784	5.027
IPI	197	194	197	194
PIS	2.397	11	2.397	11
ICMS a recuperar	6.273	8.863	6.273	8.863
Reintegra	-	15	-	15
Outros tributos	2.725	792	2.725	792
Total	28.841	14.937	28.841	14.937
Circulante	25.798	9.310	25.798	9.310
Não circulante	3.043	5.627	3.043	5.627

14 Investimentos – Controladora

a. Composição dos saldos

O saldo é composto unicamente pela participação no **Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.**

	31/03/2025	31/03/2024
Participação	99,7368%	99,7244%
Quantidade de ações	7.977.954	7.977.954
Ativos Circulantes	12.175	16.104
Ativos não circulantes	2.326	2.413
Total de ativos	14.501	18.517
Passivos circulantes	2.768	3.971
Passivos não circulantes	1	2.270
Total de passivos	2.769	6.241
Patrimônio Líquido	11.732	12.276
Receitas	69.896	69.172
Despesas	(67.296)	(65.858)
Lucro do exercício	2.600	3.314
Equivalência patrimonial	2.594	3.305
Distribuição de dividendos	(3.144)	(1.488)

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.

A movimentação dos investimentos na controladora está apresentada a seguir:

Saldo em 1º de abril de 2023	10.421
Distribuição de dividendos	(1.483)
Resultado de equivalência patrimonial	3.305
Saldo em 31 de março de 2024	12.243
Saldos em 1º de abril de 2024	12.243
Distribuição de dividendos	(3.136)
Resultado de equivalência patrimonial	2.594
Saldo em 31 de março de 2025	11.701

15 Propriedade para investimentos

Em 26 de novembro de 2019 os acionistas da Companhia deliberaram pela implantação de um empreendimento residencial, composto por um loteamento urbano através da segregação de um imóvel rural pertencente a Companhia. Para tanto, a administração contratou a Age Engenharia e Consultoria, empresa especializada em avaliações e com base em Laudo técnico, identificou para o empreendimento o valor justo de R\$ 118.525, sendo que a mesma empresa atualizou o laudo em 31 de março de 2025 para R\$ 134.745 (R\$ 133.660 em 31 de março de 2024).

De acordo com a Norma da ABNT NBR 14653 e pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, as glebas de terras e os terrenos foram avaliadas com base no “Método Comparativo de Dados de Mercado”, através de dados de mercado de imóveis semelhantes ao avaliado, à venda ou efetivamente transacionados no livre mercado imobiliário da região. Nesse sentido, efetuou-se pesquisa de mercado na região circunvizinha do imóvel avaliado, a fim de obter elementos de comparação, caracterizados por terrenos expostos para venda no livre mercado e que apresentassem as mesmas características do terreno em pauta.

A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o “Nível 3”.

16 Direito de uso e Arrendamento a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar durante o exercício foi a seguinte:

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.

Direito de uso:

	Controladora e consolidado			
	Máquinas agrícolas	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	1.571	227.247	66.498	295.316
Novos contratos	-	124.250	13.925	138.175
Remensurações	-	(18.832)	5.241	(13.591)
Amortização	(785)	(71.510)	(23.975)	(96.270)
Saldos em 31 de março de 2024	786	261.155	61.689	323.630
Saldos em 1º de abril de 2024	786	261.155	61.689	323.630
Novos contratos	56.852	93.991	14.806	165.649
Remensurações	-	9.018	1.209	10.227
Amortização	(1.009)	(77.062)	(23.665)	(101.736)
Saldos em 31 de março de 2025	56.629	287.102	54.039	397.770

Passivo de arrendamento:

	Controladora e consolidado		
	Passivo de arrendamento (fluxo futuro)	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento
Saldos em 1º de abril de 2022	364.818	(88.647)	276.171
Novos contratos	180.944	(42.769)	138.175
Remensurações	(19.188)	5.597	(13.591)
Pagamentos realizados	(85.805)	-	(85.805)
Pagamentos de juros	(30.342)	-	(30.342)
Apropriação encargos financeiros	-	30.342	30.342
Saldos em 31 de março de 2024	410.427	(95.477)	314.950
Saldos em 1º de abril de 2024	410.427	(95.477)	314.950
Novos contratos	223.270	(57.621)	165.649
Remensurações	6.281	3.946	10.227
Pagamentos realizados	(100.447)	-	(100.447)
Pagamentos de juros	(32.961)	-	(32.961)
Apropriação encargos financeiros	-	32.961	32.961
Saldos em 31 de março de 2025	506.570	(116.191)	390.379
Circulante	135.578	(38.352)	97.226
Não circulante	370.992	(77.839)	293.153

17 Imobilizado

a. Controladora

Controladora	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2023									
Custo total	45.694	240.978	99.521	7.037	1.769	51.580	259.023	17.986	723.588
Depreciação acumulada	(33.174)	(181.004)	(57.986)	(5.722)	(256)	-	(22.976)	-	(301.118)
Saldo residual	12.520	59.974	41.535	1.315	1.513	51.580	236.047	17.986	422.470
Adições	5	1.673	12.482	441	798	-	93.714	52.222	161.335
Baixas	(211)	1	(393)	(2)	-	-	-	(18)	(623)
Transferências	-	19.108	791	-	-	-	-	(19.899)	-
Depreciações	(1.106)	(9.306)	(7.886)	(481)	(1)	-	(43.575)	-	(62.355)
Saldo em 31 de março de 2024	11.208	71.450	46.529	1.273	2.310	51.580	286.186	50.291	520.827
Saldo em 31 de março de 2024									
Custo total	45.255	261.653	112.400	7.441	2.567	51.580	352.737	50.291	883.924
Depreciação acumulada	(34.047)	(190.203)	(65.871)	(6.168)	(257)	-	(66.551)	-	(363.097)
Saldo residual	11.208	71.450	46.529	1.273	2.310	51.580	286.186	50.291	520.827
Adições	-	5.397	7.945	594	779	-	75.838	14.551	105.104
Baixas	-	(6.159)	(2.017)	1	(2.191)	-	-	(197)	(10.563)
Transferências	896	55.031	533	16	-	-	-	(56.476)	-
Depreciações	(1.283)	(11.473)	(8.907)	(538)	-	-	(45.122)	-	(67.323)
Saldo em 31 de março de 2025	10.821	114.246	44.083	1.346	898	51.580	316.902	8.169	548.045

b. Consolidado

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2023									
Custo total	49.261	241.722	99.537	7.221	1.769	51.580	259.023	17.986	728.099
Depreciação acumulada	(34.449)	(181.739)	(57.986)	(5.875)	(256)	-	(22.976)	-	(303.281)
Saldo residual	14.812	59.983	41.551	1.346	1.513	51.580	236.047	17.986	424.818
Adições	5	1.820	12.482	441	798	-	93.714	52.222	161.482
Baixas	(211)	1	(393)	(2)	-	-	-	(18)	(623)
Transferências	-	19.108	791	-	-	-	-	(19.899)	-
Depreciações	(1.168)	(9.316)	(7.886)	(491)	(1)	-	(43.575)	-	(62.437)
Saldo em 31 de março de 2024	13.438	71.596	46.545	1.294	2.310	51.580	286.186	50.291	523.240

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2024									
Custo total	48.822	262.544	112.416	7.623	2.567	51.580	352.737	50.291	888.580
Depreciação acumulada	(35.384)	(190.948)	(65.871)	(6.329)	(257)	-	(66.551)	-	(365.340)
Saldo residual	13.438	71.596	46.545	1.294	2.310	51.580	286.186	50.291	523.240
Adições	-	5.397	7.945	594	779	-	75.838	14.551	105.104
Baixas	-	(6.159)	(2.017)	1	(2.191)	-	-	(197)	(10.563)
Transferências	896	55.031	533	16	-	-	-	(56.476)	-
Depreciações	(1.344)	(11.491)	(8.907)	(546)	-	-	(45.122)	-	(67.410)
Saldo em 31 de março de 2025	12.990	114.374	44.099	1.359	898	51.580	316.902	8.169	550.371

Em 31 de março de 2025 os terrenos com valor contábil de R\$ 51.580 (mesmo valor em 2024) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários, conforme nota explicativa nº 19.

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 a Companhia e sua controlada não identificaram a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores diversos	26.920	32.032	27.187	32.311
Fornecedores cana-de-açúcar	6.454	5.768	6.454	5.768
Fornecedor Partes Relacionadas (nota explicativa 26)	7.741	11.995	-	-
	41.115	49.795	33.641	38.079
Circulante	36.628	45.021	29.154	33.305
Não circulante	4.487	4.774	4.487	4.774

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 26. Em 31 de março de 2025 não há contas a pagar vencidas e não pagas.

19 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da controladora Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A, e o consolidado juntamente com sua controlada Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

A Nota explicativa nº 26 divulga informações adicionais com relação à exposição aos riscos de taxa de juros e moeda.

Modalidade	Vencimentos	Taxa	Controladora	
			2025	2024
Moeda nacional				
Finame	2031	17,07%	22.268	28.383
Capital de giro	2031	17,37%	122.256	171.634
CRA	2030	18,15%	100.000	101.206
Debêntures	2031	14,27%	128.167	-
			372.691	301.223
Moeda estrangeira				
Pré-Pagamento	2027	8,33%	-	162.041
ACC	2025	10,44%	-	32.551
CPR	2029	7,33%	169.515	-
			169.515	194.592
		13,63%	542.206	495.815
Custos de captação de recursos				
Debêntures			(5.024)	-
			537.182	495.815
Circulante			74.173	108.181
Não circulante			463.009	387.634

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2025	2024
01/04/2025 a 31/03/2026	-	110.639
01/04/2026 a 31/03/2027	124.836	101.587
01/04/2027 a 31/03/2028	119.587	97.481
01/04/2028 a 31/03/2029	91.054	32.350
01/04/2029 a 31/03/2030	78.215	31.327
01/04/2030 a 31/03/2031	32.405	9.000
01/04/2031 a 31/03/2032	16.912	5.250
	463.009	387.634

Modalidade	Vencimentos	Taxa	Consolidado	
			2025	2024
Moeda nacional				
Finame	2031	17,07%	22.268	28.383
Capital de giro	2031	17,38%	124.546	177.402
CRA	2030	18,15%	100.000	101.206
Debêntures	2031	14,27%	128.167	-
			374.981	306.991
Moeda estrangeira				
Pré-Pagamento	2027	8,33%	-	162.041
ACC	2025	10,44%	-	32.551
CPR	2029	7,33%	169.515	-
			169.515	194.592
		13,65%	544.496	501.583
Custos de captação de recursos				
Debêntures			(5.024)	-
			539.472	501.583
Circulante			76.463	111.680
Não circulante			463.009	389.903

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2025	2024
01/04/2025 a 31/03/2026	-	112.908
01/04/2026 a 31/03/2027	124.836	101.587
01/04/2027 a 31/03/2028	119.587	97.481
01/04/2028 a 31/03/2029	91.054	32.350
01/04/2029 a 31/03/2030	78.215	31.327
01/04/2030 a 31/03/2031	32.405	9.000
01/04/2031 a 31/03/2032	16.912	5.250
	463.009	389.903

a. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por hipotecas de terras, alienação fiduciária dos bens do parque industrial, penhor mercantil de estoques de produtos acabados e avais de diretores.

b. Obrigações contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros (*covenants*).

No exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia atendeu integralmente às obrigações pactuadas, incluindo o cumprimento dos índices e limites exigidos. A Companhia e sua controlada estimam que irão cumprir os *covenants* que serão apresentados nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra amortizações e captações durante o exercício:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial	495.815	465.258
Captações	374.174	283.979
Provisão de encargos	63.527	54.177
Amortização do principal	(315.401)	(249.630)
Pagamento de juros	(115.435)	(54.738)
Variação cambial	34.502	(3.231)
Saldo final	537.182	495.815

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	501.583	472.829
Captações	374.174	283.979
Provisão de encargos	64.123	55.153
Amortização do principal	(318.859)	(251.409)
Pagamento de juros	(116.051)	(55.738)
Variação cambial	34.502	(3.231)
Saldo final	539.472	501.583

Em 31 de março de 2025, do montante de despesa de R\$ 34.502 (31 de março de 2024, receita de R\$ 3.231), registrado nos empréstimos e financiamentos como variação cambial, R\$ 68.008 de despesa (31 de março de 2024, despesa R\$ 3.004), foram registrados no resultado financeiro e receita de R\$ 33.506 (31 de março de 2024, receita de R\$ 6.235) foram registrados no patrimônio líquido a título de (Constituição) realização de Hedge Accounting.

20 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e ordenados	2.627	2.609	2.642	2.624
INSS	2.726	1.205	2.726	1.205
FGTS	451	476	455	479
INSS sobre folha	699	738	716	754
Provisões de férias e 13º salário	7.648	7.503	7.696	7.547
Outros	153	89	153	89
	14.304	12.620	14.388	12.698

21 Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS	441	549	441	549
CSLL	340	513	340	513
ICMS	1.286	7.056	1.286	7.056
INSS	165	150	165	150
Total	2.232	8.268	2.232	8.268
Passivo circulante	1.666	6.218	1.666	6.218
Passivo não circulante	566	2.050	566	2.050

22 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes de açúcar	52.131	76.312	52.131	76.312
Clientes de etanol	1.669	378	1.669	378
Outros	6	928	6	928
Total	53.806	77.618	53.806	77.618
Passivo circulante	17.806	29.618	17.806	29.618
Passivo não circulante	36.000	48.000	36.000	48.000

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Controladora

A movimentação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa são demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/03/2023	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2024	Saldo em 31/03/2024	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2025
Prejuízos fiscais do imposto de renda	24.335	-	-	24.335	24.335	7.521	-	31.856
Base negativa da contribuição social	8.761	-	-	8.761	8.761	2.708	-	11.469
Hedge accounting	13.512	-	(2.120)	11.392	11.392	-	(8.799)	2.593
Outros	(110)	1.060	-	950	950	1.036	-	1.986
Ativo biológico - valor justo	(8.952)	657	-	(8.295)	(8.295)	419	-	(7.876)
Lavoura de cana - diferença de taxas	(12.123)	2.186	-	(9.937)	(9.937)	-	-	(9.937)
Imobilizado - custo atribuído - Deemed Cost	(16.514)	263	-	(16.251)	(16.251)	1.170	-	(15.081)
Realização reserva de reavaliação	(11.894)	964	-	(10.930)	(10.930)	1.427	-	(9.503)
Diferença de base fiscal e contábil	(797)	155	-	(642)	(642)	642	-	-
CPC 06(R2)	12.418	555	-	12.973	12.973	9.522	-	22.495
Depreciação acelerada incentivada	(52.837)	(20.616)	-	(73.453)	(73.453)	(20.069)	-	(93.522)
Propriedades para investimentos	(44.384)	57	-	(44.327)	(44.327)	(369)	-	(44.696)
	(88.585)	(14.719)	(2.120)	(105.424)	(105.424)	4.007	(8.799)	(110.216)

b. Consolidado

A movimentação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa são demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/03/2023	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2024	Saldo em 31/03/2024	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2025
Prejuízos fiscais do imposto de renda	24.335	-	-	24.335	24.335	7.521	-	31.856
Base negativa da contribuição social	8.761	-	-	8.761	8.761	2.708	-	11.469
Hedge accounting	13.512	-	(2.120)	11.392	11.392	-	(8.799)	2.593
Outros	(110)	1.060	-	950	950	1.036	-	1.986
Ativo biológico - valor justo	(8.952)	657	-	(8.295)	(8.295)	419	-	(7.876)
Lavoura de cana - diferença de taxas	(12.123)	2.186	-	(9.937)	(9.937)	-	-	(9.937)
Imobilizado - custo atribuído - Deemed Cost	(16.514)	263	-	(16.251)	(16.251)	1.170	-	(15.081)
Realização reserva de reavaliação	(11.895)	964	-	(10.931)	(10.931)	1.427	-	(9.504)
Diferença de base fiscal e contábil	(797)	155	-	(642)	(642)	642	-	-
CPC 06(R2)	12.418	555	-	12.973	12.973	9.522	-	22.495
Depreciação acelerada incentivada	(52.837)	(20.616)	-	(73.453)	(73.453)	(20.069)	-	(93.522)
Propriedades para investimentos	(44.384)	57	-	(44.327)	(44.327)	(369)	-	(44.696)
	(88.586)	(14.719)	(2.120)	(105.425)	(105.425)	4.007	(8.799)	(110.217)

A Controladora, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, optou por reconhecer no exercício e em exercícios anteriores o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A conciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos Impostos	29.242	98.392	30.266	99.523
(-) Resultado da Equivalência patrimonial	(2.594)	(3.305)	-	-
Base de cálculo combinada	26.648	95.087	30.266	99.523
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(9.060)	(32.330)	(10.290)	(33.838)
Prejuízos fiscais não constituídos	10.322	6.701	10.322	6.701
Adições e exclusões permanentes				
Adições permanentes	(51)	(570)	(51)	(570)
Exclusões permanentes	2.796	3.436	2.796	3.436
Incentivos fiscais	-	354	-	354
Outros ajustes	-	25	212	411
Imposto de renda e contribuição social do exercício	4.007	(22.384)	2.989	(23.506)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(7.665)	(1.018)	(8.787)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.007	(14.719)	4.007	(14.719)
Alíquota fiscal efetiva	-15,0%	23,5%	-9,9%	23,6%

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis, apurados até 31 de março de 2025, e não registrados é de R\$ 25.568 (R\$ 35.890 em 2024), em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

24 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

	Controladora e Consolidado		
	2024	Adições e Reversões	2025
Depósitos judiciais trabalhistas	4.208	194	4.402
Provisões constituídas trabalhistas	(3.498)	(904)	(4.402)
Demais depósitos judiciais	744	(1)	743
Total	1.454	(711)	743

A Companhia e sua controlada possuem ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores quanto às quantias reivindicadas, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas com as ações em curso, sendo o montante total classificado no passivo não circulante.

a. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo de depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingências constituída, em 31 de março de 2025, totaliza R\$ 743 (R\$ 1.454 em 2024) e está classificado na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

b. Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes de processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, é no montante de R\$ 10.796 em 31 de março de 2025 (R\$ 15.007 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

c. Direitos em contingências ativas

A Companhia era parte integrante do sistema da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, e diante disso possui direitos sobre os créditos da ação indenizatória de defasagem de preço movida contra a União Federal pela Cooperativa. Os direitos serão reconhecidos pela Companhia à medida que a Cooperativa reconheça as obrigações de repasse junto a Companhia.

Portanto, o direito creditório atribuível aos então ex-cooperados que integravam o quadro associativo da Cooperativa no período indenizado não foi registrado e está sendo divulgado naquelas demonstrações financeiras.

Durante o exercício a Companhia recebeu parcelas do valor indenizado no montante de R\$ 6.691 (R\$ 13.605 em 2024) referente a sexta parcela do primeiro precatório e a quinta e sexta parcelas do segundo precatório, líquidos de honorários e impostos, da Ação indenizatória - IAA pela Cooperativa Coopersucar e registrou na rubrica de outras receitas operacionais na demonstração do resultado, líquido de impostos.

25 Patrimônio líquido - Controladora

a. Capital social

Em 31 de março de 2025 o capital social era representado por R\$ 131.700 (idêntico em 31 de março de 2024), dividido em 164.605.320 (169.337.350 em 31 de março de 2024), ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de novembro de 2024, o conselho de administração da Companhia, aprovou com fundamento no art. 30, §1º, alínea "b", da Lei das S.A.s, a aquisição de 4.732.030 (quatro milhões, setecentas e trinta e duas mil e trinta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de sua própria emissão, equivalentes a 2,794% do capital social.

b. Reserva de capital

Representada pelo ágio pago pelos sócios na subscrição das novas ações sociais do capital.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de reavaliação

Constituídas em decorrência das reavaliações de bens próprios do ativo imobilizado e de sua controlada, com base em laudos de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante. As reservas de reavaliação estão sendo realizadas por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. As reservas de reavaliação constituídas em 31 de maio de 2000 e 30 de abril de 2006 decorrentes de bens imóveis foram integralmente capitalizadas, embora não realizadas. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a reserva de reavaliação não pode ser capitalizada enquanto não realizada.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

- É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e da ICPC 10 e da avaliação a valor justo da propriedade para investimento (conforme descrito na Nota explicativa nº 15), ambos deduzidos do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos. O custo atribuído é realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem e o saldo referente a propriedades para investimento será realizado mediante a alienação dos ativos correspondentes.

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa relacionados a operações objeto de hedge que ainda não foram incorridas, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante a liquidação do instrumento.

f. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 6% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2024
Resultado do exercício	76.008
Absorção de prejuízos acumulados de anos anteriores	(45.161)
Realização da reserva de reavaliação	1.502
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	510
Base de cálculo	32.859
Reserva legal – 5%	(1.643)
Base de cálculo – Dividendos	31.216
Dividendos mínimos obrigatórios – 6 %	(1.873)

	2025
Resultado do exercício	33.249
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	2.270
Base de cálculo	35.519
Reserva legal – 5%	(1.776)
Base de cálculo – Dividendos	37.343
Dividendos mínimos obrigatórios – 6 %	(2.025)

g. Reserva de lucros

O saldo em 31 de março de 2025 está à disposição da Assembleia Geral dos Acionistas para destinação.

26 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2025						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	14.733	-	-	-	-
Aplicações financeiras	99.576	-	-	-	99.576	-
Contas a receber de clientes	-	655	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	469	-	-	-	-
	99.576	15.857	-	-	99.576	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(41.115)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(537.182)	-	-	-
Arrendamento Passivo	-	-	(390.379)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(7.626)	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(53.806)	-	-	-
	-	-	(1.030.108)	-	-	-
Controladora						
31 de março de 2024						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.182	-	-	-	-
Aplicações financeiras	98.101	-	-	-	98.101	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.203	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	6.739	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	522	-	-	-	-
	98.101	11.646	-	-	98.101	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(49.795)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(495.815)	-	-	-
Arrendamento Passivo	-	-	(314.950)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(77.618)	-	-	-
	-	-	(938.178)	-	-	-

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.

Consolidado	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2025						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	15.250	-	-	-	-
Aplicações financeiras	101.108	-	-	-	101.108	-
Contas a receber de clientes	-	1.402	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1.031	-	-	-	-
	101.108	17.683	-	-	101.108	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(33.641)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(539.472)	-	-	-
Arrendamento Passivo	-	-	(390.379)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(7.626)	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(53.806)	-	-	-
	-	-	(1.024.924)	-	-	-

Consolidado	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2024						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.533	-	-	-	-
Aplicações financeiras	99.608	-	-	-	99.608	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.203	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	7.341	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1.083	-	-	-	-
	99.608	13.160	-	-	99.608	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(38.079)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(501.583)	-	-	-
Arrendamento passivo	-	-	(314.950)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(77.618)	-	-	-
	-	-	(932.230)	-	-	-

Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2025.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada e os gestores de cada área se reportam regularmente à administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores e de instrumentos financeiros derivativos, conforme apresentado a seguir.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	14.733	2.182	15.250	2.533
Aplicações financeiras	8	99.576	98.101	101.108	99.608
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	2.203	-	2.203
Contas a receber de clientes	9	655	6.739	1.402	7.341
Total		114.964	109.225	117.760	111.685

A Companhia e sua controlada têm como política a comercialização mediante a recebimento antecipado mitigando o risco de inadimplência contemplando 90% das vendas realizadas.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores	18	41.115	49.795	33.641	38.079
Empréstimos e financiamentos	19	537.182	495.815	539.472	501.583
Arrendamentos a pagar	16	390.379	314.950	390.379	314.950
Instrumentos financeiros derivativos		7.626	-	7.626	-
Adiantamento de clientes		53.806	77.618	53.806	77.618
		1.030.108	938.178	1.024.924	932.230
Passivo circulante		233.459	266.198	228.275	257.981
Passivo não circulante		796.649	671.980	796.649	674.249

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Controladora	Fluxo contratual			
	Valor Contábil	até 12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
31 de março de 2025				
Fornecedores	40.834	36.347	4.487	-
Empréstimos e financiamentos	537.182	104.955	271.993	267.881
Arrendamento Passivo	390.379	125.467	190.956	156.901
Instrumentos financeiros derivativos	7.626	7.626	-	-
Adiantamento de clientes	53.927	19.863	17.444	20.770
31 de março de 2024				
Fornecedores	49.795	45.021	4.774	-
Empréstimos e financiamentos	495.815	132.704	229.019	195.265
Arrendamento Passivo	314.950	113.673	161.504	135.249
Adiantamento de clientes	77.618	29.618	28.020	19.980

Consolidado	Fluxo contratual			
	Valor Contábil	até 12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
31 de março de 2025				
Fornecedores	33.641	29.154	4.487	-
Empréstimos e financiamentos	539.472	107.279	271.993	267.881
Arrendamento Passivo	390.379	125.467	190.956	156.901
Adiantamento de clientes	53.806	19.863	17.444	20.770
31 de março de 2024				
Fornecedores	38.079	33.305	4.774	-
Empréstimos e financiamentos	501.583	136.392	231.321	195.265
Arrendamento Passivo	314.950	113.673	161.504	135.249
Adiantamento de clientes	77.618	77.618	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia e sua controlada possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir volume de produção, bem como, o estabelecimento de contratos futuros de venda junto às tradings. Essa tomada de decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços e oportunidades de mercado.

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial da Companhia.

A partir de abril de 2014, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos de dívidas para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com o objetivo de se proteger da volatilidade das receitas de suas exportações em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizadas como altamente provável, de exportação à fixar em moeda estrangeira (dólar americano USD), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD x BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como Dívidas em moeda estrangeira (Dólar americano), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Em 31 de março de 2025, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização após esta data no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos de Empréstimos	Curto Prazo	12 meses	24 Meses	36 Meses	48 Meses	Total
NDF	(6.583)	1.111	-	-	-	(5.472)
SWAP	(258)	(668)	(668)	(409)	(151)	(2.154)
Variação cambial	(6.841)	443	(668)	(409)	(151)	(7.626)
(-) Tributos diferidos	2.326	(151)	228	139	51	2.593
Efeito líquido no patrimônio	(4.515)	292	(440)	(270)	(100)	(5.033)

Segue a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado operacional e no patrimônio líquido, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de *hedge*.

	Efeito contábil - Instrumento de Hedge		
	Saldo em 31/03/2024	Saldo não realizado em 31/03/2025	Efeito no Resultado
Não derivativos (variação cambial)	(33.506)	(7.626)	(25.880)
Imposto de renda pessoa jurídica	8.376	1.907	6.469
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.016	686	2.330
Líquido	(22.114)	(5.033)	(17.081)

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A gestão da exposição cambial da Companhia consiste na análise do *hedge* natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção, sendo que, o *hedge* natural entre os contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para a safra seguinte.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP, pré-fixadas e contratando operações de *SWAP* para grande parte das operações indexadas a taxas flutuantes.

Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos

Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a

movimentos de preços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas. Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. A Companhia não foi afetada de forma relevante nos incêndios divulgados pela mídia, sendo que os incêndios ocorridos nas lavouras da Companhia, não causaram impactos significativos nas operações ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Exposição a moeda estrangeira

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido à administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme a seguir:

Consolidado	Nota	2025		2024	
		US\$	Reais	US\$	Reais
Empréstimos e financiamentos	19	29.521	169.515	38.948	194.592

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada era composto por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Consolidado	Indexador	Exposição	Risco (%)	Apreciação da taxa	
				Em 25%	Em 50%
Aplicações financeiras	CDI	101.108	14,15%	17.883	21.460
Empréstimos e financiamentos					
Finame	TJLP	22.268	8,65%	2.408	2.889
Capital de giro	CDI	124.546	14,15%	22.029	26.435
Pré-Pagamento	SOFR	169.515	4,34%	9.196	11.035
				<u>51.516</u>	<u>61.819</u>

Fonte: As informações do CDI foram obtidas na base da Cetip, TJLP na Receita Federal e Libor 6 no BACEN, todas essas com a data-base do último dia útil de março de 2025.

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia e sua controlada é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia e sua controlada para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total do passivo	1.167.927	1.069.783	1.162.955	1.064.029
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(114.309)	(100.283)	(116.358)	(102.141)
Dívida líquida (A)	1.053.618	969.500	1.046.597	961.888
Total do patrimônio líquido (B)	293.625	262.333	293.656	262.366
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	3,6	3,7	3,6	3,7

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Controladora detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial e preço.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Hedge comercial	(7.626)	2.203	(7.626)	2.203

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F.

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia e sua controlada são compostas basicamente pela venda de açúcar, etanol e revenda de óleo diesel.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Açúcar mercado externo	556.721	580.797	556.721	580.797
Etanol	282.903	188.403	282.903	188.403
Energia Elétrica	2.597	1.748	2.597	1.748
Outros	13.397	22.645	37.752	45.652
(-) Impostos sobre vendas	(39.368)	(31.112)	(39.368)	(31.112)

28 Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cana de açúcar (terceiros)	514.611	478.719	514.611	478.719
Salários e encargos	36.434	34.759	37.312	35.577
Frete e carretos	36.320	44.015	36.320	44.015
Serviços de terceiros	21.728	19.493	21.765	19.583
Depreciação e amortização	9.858	8.538	9.946	8.620
Manutenção e conservação	10.689	11.597	10.795	11.676
Insumos	8.880	6.856	8.880	6.856
Benefícios	4.603	4.082	4.603	4.082
Combustíveis e lubrificantes	3.228	4.044	22.075	20.849
Impostos, taxas e multas	4.217	5.168	4.265	5.215
Pis e cofins sobre outras receitas	420	605	420	605
Outras (despesas) receitas	(3.611)	922	(3.524)	938
Perda (ganho) de valor justo em propriedade para investimento	(1.085)	169	(1.085)	169
Resultado na alienação do imobilizado	1.082	37	1.082	37
Impostos recuperados (*)	(40.414)	(25.937)	(40.414)	(25.937)
Indenização da Ação do IAA (**)	(6.691)	(13.605)	(6.691)	(13.605)
	600.269	579.462	620.360	597.399
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(557.609)	(521.754)	(577.488)	(539.459)
Despesas com vendas	(39.220)	(48.525)	(39.220)	(48.525)
Despesas administrativas e gerais	(26.937)	(26.295)	(27.167)	(26.527)
Outras receitas (despesas) operacionais	23.497	17.112	23.515	17.112
	(600.269)	(579.462)	(620.360)	(597.399)

(*) No decorrer da safra 24/25 a Companhia realizou o reconhecimento extemporâneo de créditos tributários, sendo eles relacionados principalmente ao crédito presumido de Pis e Cofins sobre insumos adquiridos para a produção de açúcar VHP, conforme previsto na Lei nº 10.925/2004.

(**) Refere-se a precatório recebido da União através da Coopersucar por danos patrimoniais causados a seus cooperados em razão da fixação dos preços de venda do açúcar e do etanol abaixo do custo médio regional de produção na década de 1980.

29 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Juros ativos	558	1.215	558	1.219
Juros sobre aplicações financeiras	14.672	3.781	14.680	4.149
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	67.344	42.560	67.344	42.560
Outros	138	280	138	280
Total	82.712	47.836	82.720	48.208
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(63.527)	(54.177)	(64.123)	(55.153)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(86.280)	(29.173)	(86.280)	(29.173)
Juros sobre passivo de arrendamentos	(32.961)	(30.342)	(32.961)	(30.342)
Atualizações de consórcios contemplados a pagar	(1.396)	(72)	(1.396)	(72)
Juros sobre adiantamentos de clientes	(8.212)	(8.603)	(8.212)	(8.603)
Outros	(11.907)	(8.346)	(11.965)	(8.376)
Total	(204.283)	(130.713)	(204.937)	(131.719)

Variação Cambial				
Financiamentos e empréstimos	(68.008)	(3.004)	(68.008)	(3.004)
Contas a receber de clientes	1.480	(120)	1.480	(120)
Total	(66.528)	(3.124)	(66.528)	(3.124)
Resultado financeiro líquido	(188.099)	(86.001)	(188.745)	(86.635)

30 Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA.

31 Partes relacionadas

a. Controladora e parte controladora final

Os controladores finais da Companhia são os sócios Hélio Zancaner Sanches e Evandro Sanches que em conjunto detêm 80,47% de participação no capital social da Companhia.

b. Operações com partes relacionadas:

As operações com partes relacionadas compreendem a transações financeiras de mútuo as quais são realizadas em condições normais de mercado. As principais operações da Controladora resumem-se a adiantamentos e aquisição de cana-de-açúcar com suas acionistas e a compra de combustível com a sua controlada Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

As transações de aquisição de cana de açúcar com acionistas ocorrem em condições de mercado semelhantes aos fornecedores terceiros.

c. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração da Companhia e sua controlada é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 1.440 (R\$ 1.154 em 2024). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

De acordo com a eleição realizada, a diretoria é atualmente composta por dois diretores executivos.

d. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado

	2025		2024	
	Acionistas	Posto USD	Acionistas	Posto USD
Passivo				
Fornecedores (nota explicativa 18)	-	(7.741)	-	(11.995)

	2025		2024	
	Acionistas	Posto USD	Acionistas	Posto USD
Transações				
Diesel	-	44.362	-	44.761
Etanol hidratado	-	1.129	-	1.011
Gasolina	-	24	-	21
Total	-	45.515	-	45.793

32 Eventos subsequentes

Em 21 de maio de 2025, a Companhia realizou uma nova captação de empréstimo, Cédula de Produto Rural (CPR) financeira, junto ao Banco ABC Brasil, no valor de R\$ 40.000. A operação tem vencimento em 21 de novembro de 2029, com remuneração de 3,10% ao ano acrescida da variação do CDI.

* * *

André Cáfaró Sanches
Diretor executivo

Demetrio Aparecido de Oliveira Soares
Diretor administrativo e financeiro

Antônio Luiz Giro
Contador
CRC 1SP176605/0-9

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 0FCB-D877-1410-A422.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/0FCB-D877-1410-A422>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: 0FCB-D877-1410-A422



Hash do Documento

9880EFD84BB3BFB3519FB7CF85A921CC3BEFA8BFD10682A6CCF4583050A49AFE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/06/2025 é(são) :

☒ Daniel Marino de Toledo - 215.991.288-37 em 12/06/2025 18:39

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital